

Servidores na Luta

SINDSERV: AV. CAMPOS SALES, 106 - VILA NOVA
SANTOS - CEP: 11013-401 - TEL.: (13) 3228-7400
sind_serv@uol.com.br - www.sindservsantos.org.br

Impresso
Especial

9912193201 - DR/SPM
SIND. DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS
---CORREIOS---

Especial Magistério

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTOS | EDIÇÃO ESPECIAL

ASSEMBLÉIA SOBRE PLANO DE CARREIRA DIA 12 DE AGOSTO, 19H

SINDICATO DOS BANCÁRIOS | AV. WASHINGTON LUIS, 140

PLANO DE CARREIRA OU ENGODO?

O Governo Papa continua com a intenção de diminuir gastos com o funcionalismo e reduzir a folha de pagamento a custa de cortes de direitos. O próximo alvo é o plano de carreira do Magistério. O estudo encomendado à Fundação Getúlio Vargas demonstra, em vários pontos, que a proposta é lesiva.

Além dos retrocessos que o estudo propõe, a administração está fazendo esta discussão de forma secreta, tentando impor suas idéias

sem um amplo debate com toda a rede de ensino. O Sindserv defende a criação de um Plano de Carreira para o Magistério construído a partir da discussão com os professores da rede e o sindicato. Nossa intenção é socializar o debate porque entendemos que somente com a participação de todos garantiremos conquistas e evitaremos os ataques que visam cortar direitos e precarizar ainda mais a nossa profissão.

Por isso é importante comparecer na assembleia. Lá detalharemos a proposta do Governo e discutiremos qual o modelo de Plano de Carreira queremos para o Magistério.

Depende de nós garantirmos a qualidade deste instrumento que estabelecerá os critérios para a evolução profissional na carreira.



EDUCAÇÃO DE QUALIDADE ENVOLVE PROFESSORES VALORIZADOS
POR UM PLANO DE CARREIRA QUE RECONHEÇA O VALOR DOS EDUCADORES E GARANTA A PARTICIPAÇÃO DE TODOS!

NOTA ZERO PARA O "PLANO" QUE O GOVERNO QUER

São vários os fatores que levam a proposta governista a contribuir para ampliar as condições já precárias de remuneração e valorização dos professores. Citamos alguns deles:

ENQUADRAMENTO

O ENGODO • A administração propõe o enquadramento pelos vencimentos atuais com a incorporação de todos os benefícios em uma tabela. Para haver evolução na carreira seríamos submetidos a um processo de avaliação de desempenho uma vez por ano. Após três anos sendo avaliados, teríamos que atingir a média de 75 pontos para gozar um adicional de 3%. Ocorre que esse valor somente será pago de acordo com a disponibilidade financeira da Prefeitura. Existe o sério risco de termos os nossos salários congelados devido à eterna falta de dinheiro.

O QUE QUEREMOS • Defendemos

a manutenção do adicional por tempo de serviço e a letra de oito anos pagos de maneira automática, após a passagem do tempo de serviço.

ACÚMULO DE CARGOS

O ENGODO • Existe a clara intenção do governo em inviabilizar o acúmulo de cargos. Segundo a proposta apresentada pela Fundação Getúlio Vargas, a somatória dos dois cargos não poderá ultrapassar uma jornada de 64 horas semanais.

O QUE QUEREMOS • Defendemos o respeito a Constituição Federal, que permite ao professor ter dois cargos

públicos e o incentivo para dedicação exclusiva em uma única unidade escolar.

PROFESSORES SUBSTITUTOS

O ENGODO • Hoje os professores substitutos têm um regime de trabalho precário, sempre sujeitos a terem vencimentos mensais em pouco mais de R\$ 100,00 caso fiquem apenas assinando ponto. A carga horária e a situação do professor substituto precisam ser corrigidas rapidamente. Manter um docente por apenas uma hora-aula por dia, condena nossos profissionais a ganharem abaixo do piso salarial nacional. Não há nada na proposta de plano da Administração que corrija isso.

O QUE QUEREMOS • Defendemos a transformação do cargo de professor substituto para professor adjunto com jornada de 40 horas semanais com participação no HTP. O professor adjunto cumpriria

sua jornada de trabalho dentro da escola, colaborando com o professor titular. Todos os docentes, inclusive os professores adjuntos, devem participar em igualdade de condições do projeto político-pedagógico da unidade escolar.

ADICIONAL DE TITULARIDADE

O ENGODO • A intenção do governo é limitar apenas aos profissionais que já se encontram na rede de ensino o acesso aos cargos de especialista. Com isso perde-se uma grande oportunidade de obter profissionais que aumentariam a qualidade do ensino.

O QUE QUEREMOS

• Defendemos a realização de concurso público para todos os cargos do magistério com a exigência de experiência docente para os cargos que compõe a equipe técnica. Defendemos ainda que o professor tenha todo o incentivo para permanecer em sala de aula, através de um adicional de titularidade que corresponda ao menos a 50% da função de trabalho de especialista.



RESOLUÇÃO Nº 2 DO MEC GARANTE DIREITOS

O sindicato participou de três audiências públicas do Conselho Nacional de Educação que ocorreram em São Paulo, Recife e Brasília, no ano passado. Lá foi aprovado o Parecer nº 9 da Câmara de Educação Básica, que determina diretrizes nacionais para a carreira dos profissionais do

magistério. Sobre a questão salarial, o parecer estabelece que os critérios para a remuneração dos profissionais do magistério devem seguir a lei do Piso Salarial do Magistério. Por esta lei, nenhum professor pode receber menos de R\$ 950,00 por mês.

A Prefeitura de Santos desrespeita a

legislação federal ao pagar pouco mais de R\$ 100,00 ao professor substituto que está assinando ponto. A mesma resolução estabelece que o acesso à carreira só pode ocorrer por concurso público de provas e títulos. Já a progressão salarial deve se basear na titulação, experiência, tempo de serviço, desempenho, atualização e aperfeiçoamento profissional, e não simplesmente por avaliação de desempenho como quer o governo municipal.

E é importante dizer que a avalia-

ção de desempenho não pode ter caráter punitivo. Deve-se observar, entre outros fatores, a objetividade e a transparência, assegurando que o resultado da avaliação possa ser analisado com o objetivo de superação de dificuldades detectadas para o desempenho profissional. Além disso, a resolução prevê a valorização do tempo de serviço prestado pelo servidor, ao contrário da intenção da administração, de congelar os atuais adicionais por tempo de serviço.

NENHUM DIREITO A MENOS, AVANÇAR NAS CONQUISTAS!

Órgão Informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santos Edição e Textos: Alcione Herzog (Mtb 32.236)
Produção Gráfica: Somatorium - (13) 3467-7156 Impressão: Gráfica Diário do Litoral. Tiragem: 5.000 exemplares.

SINDSERV: AV. CAMPOS SALES, 106 - VILA NOVA - SANTOS
TEL.: (13) 3228-7400 - sind_serv@uol.com.br - www.sindservsantos.org.br

